

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.


Outros assuntos

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.743	22.819
Concessionárias e permissionárias	8	9.807	10.484
Estoques		7.959	5.706
Adiantamento a fornecedores		1.280	2.060
Impostos a recuperar	11	4.823	2.423
Outros ativos circulantes		1.599	559
		<u>45.211</u>	<u>44.051</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	8.042	6.317
Outros ativos não circulantes		1.318	453
Imobilizado não vinculado à concessão		482	496
Imobilizado	9	275.447	287.370
Intangível	10	3.665	3.667
		<u>288.954</u>	<u>298.303</u>
		<u>334.165</u>	<u>342.354</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		982	1.765
Fornecedores - partes relacionadas	22	4	4
Financiamento - terceiros	12	19.502	17.589
Impostos e contribuições sociais	13	21.745	25.644
Taxas regulamentares	14	3.343	2.705
Dividendos propostos	16	24.607	27.957
Outros passivos circulantes		1.419	1.091
		71.602	76.755
Passivo não circulante			
Financiamento - terceiros	12	48.086	60.544
Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	50	-
Provisão para contingências	15	310	160
Outros passivos não circulante		-	(1.814)
		48.446	58.890
Patrimônio líquido			
Capital social		194.035	194.035
Reservas de lucros		107.787	89.136
Reserva legal		12.003	10.040
Prejuízo acumulado		(99.708)	(86.502)
	16	214.117	206.709
		334.165	342.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	17	78.531	73.885
Custo da operação	18	<u>(21.822)</u>	<u>(13.424)</u>
Lucro bruto		56.709	60.461
Despesas gerais e administrativas	19	(2.569)	407
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>724</u>	<u>-</u>
Lucro antes das receitas financeiras		54.864	60.868
Resultado financeiro	20	<u>(11.968)</u>	<u>(7.395)</u>
Receita financeira		6.658	4.625
Despesa financeira		<u>(18.626)</u>	<u>(12.020)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>42.896</u>	<u>53.473</u>
Imposto de renda e contribuição social		(16.837)	(20.979)
Lucro líquido do exercício		<u>26.059</u>	<u>32.494</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Lucro líquido do exercício	26.059	32.494
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>26.059</u>	<u>32.494</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	194.035	8.571	46.179	(89.613)	159.172
Lucro líquido do exercício (não auditado)	-	-	-	32.494	32.494
Constituição da reserva legal (não auditado)	-	1.469	-	(1.469)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (não auditado)	-	-	42.957	(13.957)	29.000
Dividendos propostos (não auditado)	-	-	-	(13.957)	(13.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	194.035	10.040	89.136	(86.502)	206.709
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.059	26.059
Constituição da reserva legal	-	1.963	-	(1.963)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	18.651	(18.651)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(18.651)	(18.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	194.035	12.003	107.787	(99.708)	214.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Atividades operacionais:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	42.896	53.473
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	14.416	9.282
Depreciação e amortização	10.392	(8.877)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	246	998
Outras provisões - compensação ambiental	150	(652)
Juros e variações cambial sobre financiamentos	-	(3.764)
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	431	(2.627)
Estoques	(2.252)	(3.623)
Impostos a recuperar	(2.400)	(665)
Adiantamentos a fornecedores	465	(797)
Outros ativos	(1.107)	19.962
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(817)	449
Tributos e contribuições sociais	(4.339)	26.358
Taxas regulamentares	665	638
Outros passivos	437	(155)
Juros pagos	(6.654)	(7.179)
Impostos pagos	(15.129)	(18.507)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>37.400</u>	<u>64.314</u>
Atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(955)	(7.198)
Baixas de imobilizado e intangível	2.521	3.584
Títulos e valores mobiliários	(1.725)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(159)</u>	<u>(3.614)</u>
Atividades de financiamento:		
Financiamentos pagos	(18.317)	(16.847)
Dividendos pagos	(22.000)	(21.320)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(40.317)</u>	<u>(38.167)</u>
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.076)</u>	<u>22.533</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>22.819</u>	<u>286</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>19.743</u>	<u>22.819</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$76.759 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$87.890 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 17) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 16). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$424. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras.

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 9 – Imobilizado e 10 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2015		Societário	31/12/2014		
		Regulatório	Ajuste		Regulatório (não auditado)	Ajuste (não auditado)	Societário
Ativo							
Ativo circulante		45.211	(86.236)	131.447	44.051	(76.071)	120.121
Caixa e equivalentes de caixa		19.743	-	19.743	22.819	-	22.819
Concessionárias e permissionárias		9.807	-	9.807	10.484	-	10.484
Adiantamentos a fornecedores		1.280	-	1.280	2.060	(6)	2.066
Impostos a recuperar		4.823	-	4.823	2.423	-	2.423
Estoques		7.959	-	7.959	5.706	-	5.706
Ativo financeiro amortizável	a	-	(86.236)	86.236	-	(76.065)	76.065
Outros ativos circulantes		1.599	-	1.599	559	-	559
Ativo não circulante		288.954	(62.201)	351.155	298.303	(54.870)	353.174
Títulos e valores mobiliários		8.042	-	8.042	6.317	-	6.317
Ativo financeiro amortizável	a	-	(341.239)	341.239	-	(345.614)	345.614
Outros ativos não circulantes		1.318	-	1.318	453	-	453
Imobilizado não vinculado à concessão		482	-	482	496	-	496
Imobilizado	b	275.447	275.403	44	287.370	287.119	251
Intangível	b	3.665	3.635	30	3.667	3.625	43
		334.165	(148.437)	482.602	342.354	(130.941)	473.295

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015		31/12/2014			
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajuste (não auditado)	Societário
Passivo e Patrimônio Líquido							
Passivo circulante		71.602	-	71.602	76.755	1.814-	74.941
Fornecedores terceiros		982	-	982	1.765	-	1.765
Fornecedores partes relacionadas		4	-	4	4	-	4
Financiamentos com terceiros		19.502	-	19.502	17.589	-	17.589
Tributos e contribuições sociais		21.745	-	21.745	25.644	1.814	23.830
Taxas regulamentares		3.343	-	3.343	2.705	-	2.705
Dividendos propostos		24.607	-	24.607	27.957	-	27.957
Outros passivos circulantes		1.419	-	1.419	1.091	-	1.090
Passivo não circulante		48.446	(48.728)	97.174	58.890	(46.253)	105.143
Financiamentos com terceiros		48.086	-	48.086	60.544	-	60.544
Outras contas a pagar com partes relacionadas		50	-	50	-	-	-
Provisão para contingências		310	-	310	160	-	160
Tributos diferidos	c	-	(48.728)	48.728	(1.814)	(46.253)	44.439
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido		214.117	(99.708)	313.825	206.709	(84.688)	293.211
Capital social		194.035	-	194.035	194.035	-	194.035
Reserva de lucros		107.787	-	107.787	89.136	-	89.136
Reserva legal		12.003	-	12.003	10.040	-	10.040
Prejuízo acumulado	d/e	(99.708)	(99.708)	-	(86.502)	(86.502)	-
		334.165	(148.436)	482.601	342.354	(130.941)	473.295

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015			31/12/2014		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajuste (não auditado)	Societário
Receita operacional líquida	78.531	(5.795)	84.326	73.885	10.380	63.504
Custo da operação	(21.822)	(11.700)	(10.122)	(13.424)	(5.722)	(7.702)
Lucro bruto	56.709	(17.495)	74.204	60.461	4.658	55.802
Despesas gerais e administrativas	(2.569)	-	(2.569)	407	-	407
Outras receitas / (despesas) operacionais	724	-	724	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	54.864	(17.495)	72.359	60.868	4.658	56.209
Resultado financeiro	(11.968)	-	(11.968)	(7.395)	-	(7.395)
Receita financeira	6.658	-	6.658	4.625	-	4.625
Despesa financeira	(18.626)	-	(18.626)	(12.020)	-	(12.020)
Lucro antes dos impostos	42.896	(17.495)	60.391	53.473	4.658	48.814
Imposto de renda e contribuição social	(16.837)	4.290	(21.127)	(20.979)	(1.547)	(19.431)
Lucro líquido do exercício	26.059	(13.205)	39.264	32.494	3.111	29.383

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos	480	231
Aplicações financeiras	19.263	22.588
	<u>19.743</u>	<u>22.819</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta reserva – financiamentos	8.042	6.317
	<u>8.042</u>	<u>6.317</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última parcela do financiamento paga, incluindo principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida e acrescido três vezes o valor do custo de operação e manutenção. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	8.411	9.962
Vencidas até 30 dias	108	316
Vencidas até 60 dias	63	46
Vencidas até 90 dias	73	63
Vencidas até 120 dias	40	51
Vencidas até 180 dias	1.112	46
Vencidas há mais de 180 dias	1.456	1210
	11.263	11.694
(-) PCLD	(1.456)	(1.210)
	<u>9.807</u>	<u>10.484</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	(1.210)	(212)
Reversão		-
Adição	<u>(246)</u>	<u>(998)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.456)</u>	<u>(1.210)</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
	(não auditado)							(não auditado)	
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	337.653	-	-	926	338.579	926	(86.903)	251.676	261.089
Terrenos	76	-	-	-	76	-	-	76	76
Edificações e benfeitorias	5.754	-	-	-	5.754	-	(2.057)	3.697	3.915
Máquinas e equipamentos	330.928	-	-	505	331.433	505	(83.974)	247.459	256.912
Veículos	703	-	-	413	1.116	413	(778)	338	86
Móveis e utensílios	192	-	-	8	200	8	(94)	106	100
Administração	26	-	-	9	35	9	(10)	25	19
Móveis e utensílios	26	-	-	9	35	9	(10)	25	19
	337.679	-	-	935	338.614	935	(86.913)	251.701	261.108
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	26.262	912	(2.521)	(926)	23.727	(2.535)	-	23.727	26.262
Máquinas e equipamentos	233	257	-	(477)	13	(220)	-	13	233
Outros	26.029	655	(2.521)	(449)	23.714	(2.315)	-	23.714	26.029
Administração	-	28	-	(9)	19	19	-	19	-
Máquinas e equipamentos	-	28	-	(9)	19	19	-	19	-
	26.262	940	(2.521)	(935)	23.746	(2.516)	-	23.746	26.262
	363.941	940	(2.521)	-	362.360	(1.581)	(86.913)	275.447	287.370

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					(não auditado)
Transmissão	4,65%	338.579	(86.903)	251.676	261.089
Administração	12,33%	35	(10)	25	19

9.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2015

	Material e equipamentos
Edificações e benfeitorias	72
Máquinas e equipamentos	285
Veículos	55
Móveis e Utensílios	21
Material em Depósito	116
Adiantamentos a fornecedores	391
	940

9.4 Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2015

		Valor
Transmissão		
L200 Triton	Veículos	93
L200 Triton	Veículos	93
Analizador de baterias por condutância	Máquinas e Equipamentos	89
Relé de proteção, placas de comunicação, display e Switch Ethernet	Máquinas e Equipamentos	87
L200 Triton	Veículos	85
L200 Triton	Veículos	85
PGA 12C Refurbished	Máquinas e Equipamentos	80
Ar condicionado	Máquinas e Equipamentos	50
Switch RSC2100NC	Máquinas e Equipamentos	33
Camera termográfica com lente infra vermelha	Máquinas e Equipamentos	28
Administração		
Microcomputador portátil Dell Latitude 14	Equipamentos de informática	5
Microcomputador portátil Dell Latitude 14	Equipamentos de informática	5

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
	(não auditado)							(não auditado)	
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	3.621	-	-	14	3.634	14	(19)	3.615	3.604
Servidões	3.603	-	-	14	3.617	14	(19)	3.598	3.603
Softwares	17	-	-	-	17	-	-	17	1
Administração	-	-	-	28	28	28	(13)	15	-
Servidões	-	-	-	28	28	28	(13)	15	-
	3.621	-	-	42	3.662	42	(32)	3.630	3.604
Ativo intangível em curso									
Transmissão	20	14	-	(14)	20	-			
Servidões	20	-	-	-	20	-			
Softwares	-	14	-	(14)	-	-			
Administração	43	-	-	(28)	15	(28)			
Softwares	43	-	-	(28)	15	(28)			
	63	14	-	(42)	35	(28)			
Ativo Intangível	3.684	14	-	-	3.697	14			

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10.2 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015		2014	
		Valor Bruto	amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço				(não auditado)	
Transmissão	20,00%	3.634	(19)	3.615	3.605
Administração	20,00%	28	(13)	15	-

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

10.3 Principais adições do ativo intangível em curso em 2015

Transmissão		Valor
Criação e desenvolvimento de sistema Web	Softwares	10
Instalação de moodle	Softwares	4
Administração		Valor
Licença de programas de computação	Softwares	14
Licença de programas de computação	Softwares	8
Licença de programas de computação	Softwares	4
Licença de programas de computação	Softwares	1

11. Impostos a recuperar

	2015	2014
IRPJ	3.298	1.460
CSLL	1.505	935
PIS	2	2
COFINS	11	11
Outros	7	15
	4.823	2.423

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2015	2014
BNDES - Subcrédito A	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	UMBDES + 3%	7.387	6.461
BNDES - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	TJLP + 3% a.a	16.692	21.376
BNPP - Subcrédito A	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	UMBDES + 4,3%	6.674	5.837
BNPP - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	TJLP + 4,3% a.a	15.080	19.311
Santander - Subcrédito A	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	UMBDES + 4,3%	6.675	5.837
Santander - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	TJLP + 4,3% a.a	15.080	19.311
										67.588	78.133
Circulante										19.502	17.589
Não circulante										48.086	60.544
										67.588	78.133

(i) Garantias

Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2016	19.502
2017	19.569
2018	19.699
2019	8.818
	<u>67.588</u>

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi atingido pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

13. Impostos e contribuições sociais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IR	15.580	17.191
CSLL	4.928	5.544
PIS	124	116
COFINS	572	536
Outros	541	2.257
	<u>21.745</u>	<u>25.644</u>

14. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	303	144
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	193	307
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.847	2.254
	<u>3.343</u>	<u>2.705</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. Provisão de contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2013	160	3.758	3.918
Baixas	-	(3.758)	(3.758)
Saldos em 31/12/2014	160	-	160

	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2014	160	-	160
Constituição	128	-	128
Atualização Monetária	22	-	22
Saldos em 31/12/2015	310	-	310

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fiscal	4.412	5.137
	<u>4.412</u>	<u>5.137</u>

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$194.035 dividido em 194.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social é como se segue:

	<u>2015 e 2014</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	39.264	29.383
Reserva legal (5%)	(1.963)	(1.469)
Base de cálculo para os dividendos	<u>37.301</u>	<u>27.914</u>
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	<u>18.651</u>	<u>13.957</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(não auditado)
Receita operacional bruta	90.102	85.180
Receita rateio de antecipação	6.587	4.707
Receita de encargos de transmissão	78.336	73.970
Receita de novas obras RBNI	2.192	1.679
Receita rede de fronteira	5.963	4.867
Parcela ajuste do ciclo anterior	(3.085)	(286)
Indisponibilidade de equipamentos	(73)	(239)
Receita de CCT	182	482
Deduções da receita operacional	(11.571)	(11.295)
PIS	(1.487)	(1.405)
COFINS	(6.848)	(6.474)
P&D	(784)	(870)
RGR	(2.253)	(2.122)
TFSEE	(199)	(424)
	78.531	73.885

18. Custo da Operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(não auditado)
Pessoal	(8.193)	(7.053)
Material <i>(i)</i>	(889)	5.356
Serviços de terceiros	(882)	(3.072)
Arrendamentos e aluguéis	(3)	(23)
Seguros	(110)	(114)
Tributos	(160)	(155)
Depreciação e amortização	(10.343)	(8.874)
Gastos diversos	(1.242)	511
	(21.822)	(13.424)

(i) A Administração registrou R\$ 5.817 de ganho de inventário físico no exercício de 2014

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(117)	(21)
Material	(30)	(66)
Serviços de terceiros	(593)	(182)
Arrendamentos e aluguéis	(53)	(55)
Doações	(471)	(217)
Provisão	(375)	2.600
Tributos (i)	(839)	(1.649)
Depreciação e amortização	(15)	(3)
Outras	(76)	-
	<u>(2.569)</u>	<u>407</u>

(i) A administração da companhia aprovou a baixa de R\$321 de PIS e R\$1.325 de Cofins no exercício de 2014, visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

20. Despesas de pessoal

<u>Pessoal - operação</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração	(5.533)	(4.760)
Encargos	(1.759)	(1.522)
Despesas rescisórias	(72)	
Outros benefícios - corrente	(822)	(732)
Outros	(7)	(39)
	<u>(8.193)</u>	<u>(7.053)</u>
<u>Pessoal - administração</u>		
Remuneração	(28)	2
Encargos	(9)	27
Despesas rescisórias	-	-
Outros benefícios - corrente	(80)	(50)
Outros	-	-
	<u>(117)</u>	<u>(21)</u>
	<u>(8.310)</u>	<u>(7.074)</u>

21. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	<u>6.658</u>	<u>4.625</u>
Receitas de aplicações financeiras	2.878	2.353
Variação monetária	3.746	2.193
Outras receitas financeiras	34	79
Despesa financeira	<u>(18.626)</u>	<u>(12.020)</u>
Variações monetárias passivas	(11.542)	(4.326)
Juros sobre financiamentos	(6.630)	(7.149)
Outras despesas financeiras	(454)	(545)
	<u>(11.968)</u>	<u>(7.395)</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.743	22.819
Títulos e valores mobiliários	7	8.042	6.317
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamentos a fornecedores	-	1.280	2.066
Concessionárias e permissionárias	8	9.807	10.484
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Financiamentos	12	67.588	78.133
Fornecedores - terceiros	-	982	1.765
Fornecedores com partes relacionadas	-	4	4

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos financiamentos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2015. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2015	-5%	5%
Financiamentos	67.588	(3.379)	3.379

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Passivo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo		
Fornecedor (i)	4	4
Outras contas a pagar com partes relacionadas	50	-

23.2. Resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado		
Despesa aluguel (i)	(53)	(29)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.